



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000385-69.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **EDSON CESAR MANOPELLI**
Requerido: **Donizette Aparecido Gregório dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um automóvel (Ford Fusion) do réu, entregando como parte do pagamento outro veículo (VW Gol) e se comprometendo a quitar parcelas em dinheiro no total de R\$ 18.940,00.

Alegou ainda que passado algum tempo o réu lhe propôs que desfizessem o negócio, ajustando-se então que entregaria o Ford Fusion e receberia um automóvel Honda Civic no lugar do VW Gol, além de R\$ 10.000,00 em dinheiro.

Salientou que como o réu não lhe pagou a importância, almeja à sua condenação a tanto.

Indefiro de início o pedido formulado pelo réu em audiência para a quebra do sigilo de mensagens via aplicativo WhatsApp nos telefones das partes por reputar que a diligência é prescindível ao desate da controvérsia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Postos os fatos tal como destacado pelas partes, tocava ao autor a demonstração daqueles constitutivos de seu direito, na esteira do que dispõe o art. 373, inc. I, do Código de Processo Civil.

Ele, porém, não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.

Com efeito, o relato exordial não foi instruído com provas materiais que ao menos fizessem supor que a transação sucedida entre as partes se deu nos moldes descritos pelo autor, especialmente quanto à obrigação assumida pelo réu em pagar R\$ 10.000,00 quando o negócio original foi desfeito.

A prova testemunhal de igual modo não tem o condão de por si só levar à ideia de que o episódio aconteceu como asseverado a fl. 01.

Nesse sentido, as duas testemunhas que o autor indicou foram inquiridas como informantes, considerando o grau de parentesco mantido com ele.

Edevanir Carmo Manopelli deixou claro que nada presenciou diretamente, sabendo de situações somente por notícias que o autor lhe transmitiu.

Lucas Manopelli Lourenço, a seu turno, chegou a fazer menção ao pagamento no importe de R\$ 10.000,00 que o réu se comprometeu a realizar ao autor.

Todavia, ressaltou que como morava com o autor ouviu de seu quarto "meio por cima" as conversas entre as partes.

Esse elemento de convicção não se me afigura em consequência suficiente para estabelecer a certeza de que os fatos trazidos à colação se desenvolveram como referido pelo autor.

Não se pode olvidar, de outra banda, que a testemunha Aline Naiara Guedes dos Santos (mulher do réu e por isso inquirida também como informante) respaldou a sua explicação no sentido de que em momento algum se cogitou do pagamento ao autor de R\$ 10.000,00, o que no mínimo impõe admitir a existência de dúvida não sanada pelo mesmo.

O quadro delineado leva à rejeição da pretensão deduzida à míngua de sequer indícios minimamente consistentes que conferissem verossimilhança à versão exordial.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intímese.

São Carlos, 17 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**